

A concentração de desmatamentos ilegais e a expansão da "nova fronteira agrícola" graneleira na rota da BR-163 têm pela frente um povo no meio do caminho...

O oeste do Estado do Pará tem vivido dias conturbados para povos indígenas e populações tradicionais. Enquanto sudeste e sul do estado nos últimos anos tipificaram os altos índices de violência fundiária de referência nacional, o oeste e extremo norte até há alguns anos pareciam áreas "adormecidas", relativamente resguardadas daquilo que os analistas ambientais descreveram como "o arco da devastação", a faixa de ação antrópica predatória que se desenhou do sudeste do Acre/sul do Amazonas, Rondônia, norte do Mato Grosso, subindo pelo sul do Pará à parte amazônica do Maranhão. Um parecer pretérito, pois novos traçados aceleradamente redesenham focos significativos de destruição, e no oeste do Pará esta rota tem nome de estrada: BR-163, a propalada Cuiabá-Santarém. Em coalizão com a estrada, ou em antecipação a ela, a renitente expansão do império da soja, que se alastra do centro-oeste em direção ao norte, a despeito de oscilações no mercado internacional e prognósticos não muito promissores quanto à sua estabilidade ou qualidade de produção em clima equatorial. Ambos os eventos, estrada e monocultura, promovem antecipadamente intensa atividade de grilagem imobiliária, saque madeireiro, e inevitáveis conflitos fundiários com populações tradicionais. Ainda como pano-de-fundo, uma nova província mineral se reafirma no sudoeste, através do *Projeto Juriti*, da ALCOA/Omnia (extração de bauxita) e a pretensão de um coeso bloco de interesses regionais na criação de um novo estado da Federação, que dividiria o atual Estado do Pará ao meio: o Estado do Tapajós.

É nesse contexto em que se encontram os Zo'é, os "Tupí da fronteira do mundo". Divulgados na mídia no final dos anos 80 como um dos últimos povos Tupí a travarem contato efetivo com a sociedade ocidental, os Zo'é têm uma visão cosmológica muito particular do mundo: um universo móvel onde, naturalmente, eles são o "epicentro" ("Zo'é" significa "Nós", a primeira pessoa pronominal), e cujos limites, pensados como as fronteiras de seu território dito tradicional (ao menos, de ocupação imemorial para as gerações recentes), são limites que não param de se dilatar, como um universo em expansão em versão mais-que-tupí. E o futuro-do-presente desta territorialidade está intrinsecamente relacionado aos embates fundiários que ora se configuram na região.

"NÓS" SOMOS DA PAZ:

Tanto registros etnográficos da historiografia regional quanto relatos da tradição oral dos Zo'é levam a crer que o território que atualmente ocupam, entre os rios Erepecuru, Urucuriana e Cuminapanema, (municípios de Óbidos e Alenquer, noroeste do PA) constituiu-se através dos tempos como uma espécie de área de refúgio, ou de acomodação, onde este povo de classificação lingüística Tupí-Guarani resguardou-se de maiores conflitos entre povos rivais, relatados a oeste e a leste, e dos não índios, que os Zo'é chamam de "*kirahí*", associados cosmologicamente à direção sul. Distantes da famosa beligerância dos Tupí históricos, os Zo'é são avessos ao confronto direto e sua

cultura é solidamente estruturada em torno das relações de trocas internas – econômicas, sociais, políticas e cerimoniais – que definem a dinâmica de seu *modus vivendi* em constantes concentrações e dispersões por todo o seu território e que os caracteriza como um povo de eminentes negociadores.

O histórico dos contatos interétnicos com a sociedade ocidental reporta a encontros esporádicos, por vezes conflituosos, com elementos eventuais da população envolvente (castanheiros, caçadores, mateiros) e algumas histórias de cisões internas e evasões para além dos “limites do mundo”. Nos anos 70, levantamentos aéreos relacionados à SUDAM/DNPM localizaram algumas malocas Zo'é – que repeliram a aproximação aérea atirando veementemente suas flechas. A FUNAI regional foi comunicada, e em 1976 o órgão indigenista oficial chegou a editar portaria criando uma “Frente de Atração Cuminapanema”, mas limitações de recursos e mesmo a desativação do projeto da Rodovia Perimetral Norte (BR-210) adiaram uma atuação direta na região. No vácuo da ação oficial, a Missão Novas Tribos do Brasil, braço nacional da *New Tribes* americana, lançou-se à empreitada proselitista de alcançar o então desconhecido povo indígena com seu projeto evangelizador. A partir de 1982, equipes patrocinadas pela missão realizaram diversas expedições na região, e após vários contatos rechaçados, aos poucos os Zo'é cedem à presença exógena, permitindo aproximações. Em novembro de 87, um grupo se desloca até a base que a missão havia construído na faixa sul do território indígena, a “Base Esperança”, momento em que os missionários registram como “o contato” efetivo.

A versão relatada pelos próprios Zo'é, na história paralela a este processo, é que após contatos diretos com os *kirahí* que tão insistentemente os procuravam, alguns adoeciam gravemente, apresentando febre alta e tosse, quadro típico de patologias infecto-respiratórias. Como os contatos eram breves e os *kirahí* levavam meses para retornar, muitos morreram sem nenhum tipo de diagnóstico ou assistência. Quando se deslocaram para a Base Esperança, os Zo'é procuravam explicação ou socorro para o sopro mortal que vinha do sul.

Os missionários a partir de então envidaram todos os esforços para concentrar a população indígena no entorno de sua base, cambiando serviços braçais e informações lingüísticas por bens de consumo industrializados, provocando drásticas alterações nos padrões e ritmos próprios de fluxo e ocupação territorial e sérios desequilíbrios políticos internos. A concentração demográfica também favoreceu a disseminação endêmica da malária. Em 1989, a MNTB alerta à FUNAI sobre o crítico estado de saúde da população Zo'é, e inicia-se uma batalha institucional que culmina com a expulsão formal dos missionários em 1991, ano em que o sertanista Sydney Possuelo, chefe da então Coordenadoria de Índios Isolados, assume a presidência da FUNAI.

Acusações de parte a parte entre FUNAI e MNTB renderam farto material difamatório na imprensa local, e um longo processo no Ministério Público/Justiça Federal, que viria a ser encerrado em fevereiro de 2004 por falta de “provas suficientes para que se pudesse concluir que a presença da MNTB na região teria ocasionado a morte da população Zo'é ”(Relatório do Delegado da Polícia Federal de Santarém, em 30/05/2003). Se os cadáveres jazem em paz no subsolo indígena e não se manifestarão a respeito, o fato é que mesmo atualmente os Zo'é são capazes de relacionar mais de

40 indivíduos que teriam morrido contaminados naquele período. Isto equivaleria a mais de ¼ da população à época, um verdadeiro genocídio.

ROMPENDO A "TRADIÇÃO DA ATRAÇÃO:"

Em que pesem os maciços investimentos em saúde para a reversão do grave quadro de morbi-mortalidade instalado, os primeiros anos de atuação da FUNAI não diferiu em muito da presença e práticas das frentes de contato convencionais. Enredados pela "herança maldita" de um povo doente, sedentarizado em torno dos postos de assistência das agências de contato (MNTB e FUNAI conviveram em confronto dentro da T.I.Zo'é entre 1989/1991) e em franco processo de desestruturação sócio-econômica e cultural, parecia não mais haver muitas opções além do usual ocaso de um povo. Encaminhamentos técnicos indispensáveis para o reconhecimento da terra indígena foram agilizados com a colaboração de antropólogos do NHII-USP, coordenados por Dominique Gallois, que realizou um competente trabalho de pesquisa etnográfica e levantamentos em campo, permitindo a fundamentação da regularização fundiária do território, demarcado como Terra Indígena Zo'é pela portaria P.D.365 de 23/04/2001. No entanto, a redução da área originalmente interdita, proposta pelo próprio GT (Port. 309/Pres. FUNAI-04/04/97), manteve "corredores" desprotegidos tanto ao norte quanto ao sul da T.I. - este último, a área de maior pressão expansionista, egressa dos núcleos urbanos mais próximos (Santarém, Oriximiná e Óbidos), que tem se confirmado na prática como o acesso preferencial de invasores.

A gestação de um processo interno de reflexão e autocritica dentro de setores da FUNAI fermentava no então Departamento de Índios Isolados, que no ano de 2000 transforma suas "Frentes de Atração" em "Frentes de Proteção Etnoambientais", sinalizando um redirecionamento das ações oficiais junto aos povos indígenas isolados sob sua jurisdição. Antes disto, em 1996, o DII designara para atuar no Cuminapanema o indigenista João Lobato, de origem e formação alternativa e com significativa experiência e sensibilidade crítica às interfaces do "contato". Essa conjugação de fatores e atores possibilitou uma transformação qualitativa na condução dos trabalhos da FUNAI junto aos Zo'é. Após uma etapa inicial, onde era imprescindível uma atuação incisiva na recuperação do quadro nosológico priorizando a saúde curativa, ousou-se então investir numa guinada na concepção política da gestão das relações interétnicas, reiterando-se um processo de afirmação cultural que permitisse aos Zo'é retomarem suas práticas culturais e autonomia econômica, já em acentuada desagregação. Um processo complexo, amplamente criticado e prenhe de incertezas, mas que tem rendido aos Zo'é plena recuperação demográfica com qualidade de vida, bem como a preeminência de sua autonomia cultural, algo raro no quadro indigenista nacional.

"POLÍTICA DE REDOMA" OU PROTEÇÃO NECESSÁRIA?

Além de investimentos contínuos em saúde preventiva e curativa - presença permanente de profissional de saúde na T.I., disponibilização eficaz de medicamentos,

cobertura adequada de quadro vacinal e campanhas antimaláricas sucessivas em conjunto com a FUNASA, o que permitiu redução significativa desta endemia (cite-se o índice de incidência zero no biênio 2002/2003), o controle oficial do acesso à T.I. foi adotado como medida de necessária proteção epidemiológica. Interferências negativas sucessivas de equipes externas de trabalho, não apenas nas relações interétnicas com a comunidade, como no relacionamento político com a FUNAI e equipe da Frente, promoveram restrições crescentes nos critérios da Coordenação Geral de Índios Isolados-CGII, para a entrada formal no território Zo'é. Isto levou à críticas generalizadas por parte dos agentes externos de alguma forma interessados no acesso aos Zo'é e ao seu território, de que a CGII propiciaria uma manutenção "artificial" do isolamento dos Zo'é, adotando uma "política de redoma". Afora urgências explícitas, e mesmo estas devidamente comunicadas - as ações da Frente Cuminapanema são diretamente articuladas com a Coordenação, em Brasília - o acesso à T.I. Zo'é passa pelo crivo formal da CGII e autorização da Presidência da FUNAI.

Embora a geografia efetivamente tenha colaborado para que o território Zo'é se configurasse como reduto, o controle do acesso à T.I. justificou-se como parte de um arcabouço teórico e prático na condução diferenciada das ações da CGII junto aos Zo'é. Superando o protecionismo acritico, ocorreu um redimensionamento das relações econômicas exógenas e a ruptura nos padrões de dependência que já se instalavam. Uma atenção direcionada para o aprendizado da língua indígena e a utilização de recursos multimídia como parte de um processo pedagógico de troca de informações sobre o mundo dos "brancos" permitiu um relacionamento alicerçado na reflexão e parceria entre os Zo'é e equipe da Frente, para além do caráter institucional e hierárquico entre tutor e tutelado. O estímulo permanente à valorização e restauração do modo de ser Zo'é consubstanciou a retomada progressiva dos padrões autóctones de produção material e ocupação territorial, beneficiando a revitalização cultural e sócio-política Zo'é. Em 2004, o trabalho da Frente de Proteção Etnoambiental Cuminapanema foi eleito o melhor projeto de governo na categoria *Comunidades* pelo *Prêmio SuperEcologia*, promovido pela revista *Superinteressante*, da Abril Cultural.

CRUZADAS E BANDEIRAS:

Após a retirada da MNTB da terra indígena, é fato que os missionários, ou parte deles, nunca desistiram da retomada de sua atuação entre os Zo'é. Invasões localizadas, utilizando subterfúgios de aliciamento material e emocional, são a marca de uma atividade subterrânea que tem pontuado a pretensão deste retorno, usufruindo da curiosidade permanente e da já famosa afabilidade dos Zo'é. Estes, vencidos os velhos temores de balas e bacilos, eventualmente fazem sua própria política de boa vizinhança mesmo com invasores de seu território, inserindo em sua interpretação imediata a negociação de novas e virtuais "alianças" que emergem das fronteiras deste mundo em expansão. A relação amistosa prévia que membros da missão mantiveram com frações da população Zo'é, somada a promessas e brindes, tem sido a ponte para aproximações no mínimo suspeitas, e de alto risco para a coletividade. Além de invasões pontuais, o aliciamento paralelo de outra etnia indígena, os Way-Way, situados em T.I. a oeste do

território Zo'é, tem feito parte desta estratégia de sedução. Os Way-way cristianizados, cujas lideranças há anos foram catequizadas pela MNTB, têm servido nos últimos anos como pontas-de-lança de invasões entre os Zo'é, sendo introdutores não só de alguns surtos epidêmicos e de inúmeras quinquilharias à título de "doações", mas também do acesso à armas de fogo, ícone irresistível do poder de destruição dos "kirahí". Estas "visitas sociais" às escondidas, a revelia de quaisquer possibilidades de controle do órgão indigenista, promovem focos de tensão e instabilidade do equilíbrio político interno Zo'é, na medida em que insistem numa assimetria inexistente em sua cultura, atribuindo deferências de "chefia" ou promovendo doações a indivíduos específicos. Tais "equipes invasoras" costumam ser capitaneadas ou recrutar como auxiliares indivíduos visivelmente comprometidos com objetivos mercenários, como garimpeiros e gateiros da região. Um dos missionários, que se diz "independente", verbalizou a intenção de adquirir glebas limítrofes ao território indígena como estratégia para atrair os Zo'é para fora da T.I., onde, teoricamente, poderia retomar suas práticas proselitistas à margem da legalidade.

Estes são apenas alguns dos aspectos localizados destas "ligações perigosas". Ações recentes de vários órgãos de fiscalização fundiária da região (IBAMA, SECTAM, ITERPA, INCRA...) têm constatado crimes ambientais se alastrando de forma organizada em todos os municípios localizados no entorno da T.I. Zo'é, bem como há sinais de desmatamento e aberturas de estradas clandestinas a pouco mais de 20 km do território indígena.

O império da devastação já se faz sentir na calha norte do rio Amazonas, e a perspectiva do improrrogável asfaltamento da BR-163 contribui claramente para o acirramento dos conflitos fundiários e multiplicação da malha de ações predatórias e exploração não autorizada nas franjas do território Zo'é. A superexploração das reservas florestais no leste do PA elege, por eliminação, as terras a oeste como os novos fornecedores de natureza bruta. Proliferação de estradas endógenas, desmatamentos, focos de queimadas, violência armada contra comunidades tradicionais e aliciamento coletivo promovendo a grilagem de terras são a marca atual deste processo, como num eterno retorno histórico de tantas BR's em solo amazônico, a rememorar os seculares genocídios que tantos povos indígenas encontraram, apenas por estarem no meio do caminho. É tempo de abandonarmos diferenças ideológicas prévias ou postulados e convicções políticas pré-concebidas. O momento exige sinergia pública em prol dos Zo'é, os Tupí da Fronteira do Mundo.

(Texto publicado em "Povos Indígenas no Brasil – 2001-2005- ISA – Instituto Socioambiental, pp.287-289, São Paulo, 2006.)

**Rosa Cartagena é indigenista, comunicóloga (UFRJ), inspetora sanitária (SES-DF) e colaboradora voluntária junto aos Zo'é desde 1988. É atual Coordenadora Geral da associação AMAZOÉ – Apoio Mobilizado ao Povo Zo'é e Outras Etnias, em Santarém, PA.*